





A FLORESTA A QUEM A TRABALHA

*Em Vilarinho,
na Lousã, uma
comunidade
trabalha há anos
para defender
a floresta. Pôs
o Estado em
tribunal e ganhou
o direito à terra*

SARA DIAS OLIVEIRA TEXTO
DATO DARASELIA FOTOGRAFIA

Luís Trota conhece aquela encosta de olhos fechados. “Daqui para cima, o problema são as acácias”, avisa-nos ao volante da carrinha que sobe a serra. É sábado de manhã e o presidente do conselho directivo da Comunidade de Compartes dos Baldios de Vilarinho há-de parar várias vezes ao longo do caminho para mostrar de que é feita aquela floresta que os

habitantes da terra gerem sem interferência do Estado.

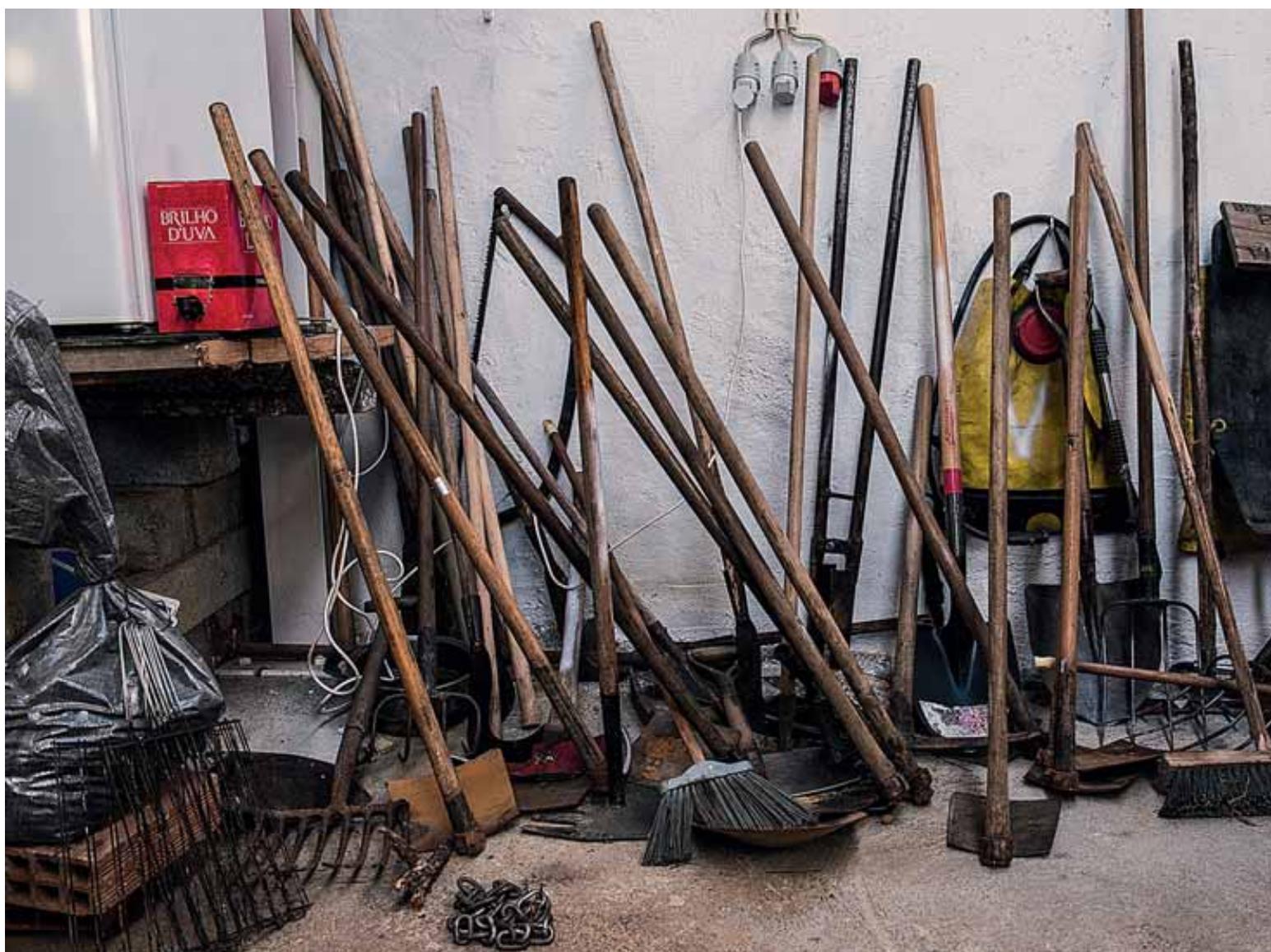
Em quase mil hectares, há velhos moinhos movidos a água, ruínas cobertas de silvas da aldeia de Franco de Cima que poderão ser recuperadas se a caça turística for aprovada, imenso e intenso arvoredo que provoca uma frescura de arripiar o corpo, um parque de merendas com bancos e mesas de madeira e uma estrutura de apoio que funciona como uma cozinha improvisada, junto a um tanque de água de combate a incêndios, e sete aerogeradores no topo da encosta, a 920 metros de altitude. Ali está também um memorial que traz memórias amargas e que lembra que todos os esforços não são demais para proteger uma floresta de perigos, de incêndios. Um memorial em honra de Franquelim Gonçalves que morreu ali perto, num combate a um incêndio em 2005 que não deu tréguas à serra da Lousã. Luís Trota faz silêncio enquanto olha para a lápide. “O seu heroísmo será sempre recordado”, diz baixinho.

Em Vilarinho, a três quilómetros da Lousã, são os compartes – na teoria, os 2208 habitantes da freguesia recenseados com mais de 18 anos, na prática, pouco mais de 30 que se reúnem em assembleia para, em conjunto, tomar decisões importantes – que mandam na encosta. Homens e mulheres que têm uma grande responsabilidade em cima dos ombros: gerir uma floresta que não dorme com o objectivo de minimizar os danos provocados pelos incêndios, pelas espécies invasoras – sobretudo as acácias – e pela doença do nemátodo do pinheiro. E esta é uma tarefa de todos os dias.

Aquela floresta dá trabalho, mas também dá dinheiro. A lenha é distribuída pelas escolas, o arvoredo é colocado à venda como mandam as regras, em leilão, os aerogeradores dão uma renda anual de 40 mil euros. O dinheiro arrecadado é investido no material que os compartes precisam para cuidar da floresta, para comprar maquinaria, para alimentar a sede que está a ser ampliada, para as despesas da equipa de sapadores florestais – que limpa o que há a limpar, faz passeios, previne que as enxurradas destruam o que encontram pela frente –, mas também para distribuir pelas instituições da freguesia. Pelas instituições de solidariedade social, pelos ranchos folclóricos, pelo grupo de jovens que organiza um almoço para os mais velhos. Só para o futuro lar de idosos de Vilarinho, que está em construção, contribuíram com cerca de 150 mil euros.

Luís Trota desce a encosta depois da visita guiada. Este sábado é um dia especial para os compartes e não só. Lá em baixo, na sede do clube recreativo, há um almoço multicultural a ser preparado por cientistas, por investigadores e alunos de doutoramento de vários países. Na cozinha, estão muitas mãos e cheira a especiarias. Haverá vatapá de camarão e bolinhos de seringueiro do Brasil, mole de frango com molho verde do México, frango fumado da Ucrânia, e outras iguarias. Uma equipa do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra prepara a refeição para simbolicamente assinalar o fim de uma investigação sobre os baldios.

O projecto SCRAM – Crises, Gestão de Riscos e Novos Arranjos Sócio-Ecológicos para as





Florestas, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, esteve no terreno durante quase três anos, lado a lado com os habitantes de Vilarinho, com a missão de compreender as causas sociais e ecológicas da degradação das florestas num território considerado como um dos melhores exemplos nesse combate.

Dos 1112 baldios existentes em Portugal Continental, 80% são geridos em regime de associação entre compartes e Estado e apenas 20% são geridos exclusivamente pela comunidade de compartes.

O projecto formal do SCRAM termina no final deste mês, mas o protocolo de colaboração, assinado no início deste ano, vai manter-se para que se continuem a trocar ideias. Nesta investigação, os conhecimentos científicos e as experiências dos compartes têm o mesmo peso nos pratos da balança.

As actividades organizadas pelo CES tiveram sempre o propósito de lembrar o que é ser compartes. Houve caminhadas pelos baldios com o pretexto de conhecer a biodiversidade e com o objectivo de explicar o que são projectos comunitários, distribuição de informação sobre as assembleias, um seminário com o economista Castro Caldas para, terra a terra, explicar como os baldios podem contribuir para o desenvolvimento económico local. Em Julho, juntaram-se crianças numa escola de Verão para que entendam o que são os baldios que, no futuro, vão elas próprias gerir. E agora está a nascer um portal para divulgar informação a mais habitantes e a ser construído um *kit* pedagógico. A criação de áreas protegidas para valorizar a biodiversidade é uma possibilidade que está em cima de mesa e o nascimento de empresas comunitárias também tem feito parte das conversas. É de partilha que se fala em Vilarinho.

A bióloga Rita Serra, investigadora do CES, coordenou o projecto SCRAM. Um processo que lhe vai ficar na memória, pela investigação que sai fora do formato, pela envolvimento de pessoas e conhecimentos distintos, pela rede de investigadores que ali nasceu. Nem uma vírgula foi imposta pelos investigadores aos compartes. “O propósito foi termos uma noção da complexidade da gestão florestal em Portugal, no sentido de se conseguir reverter o processo de degradação da floresta, tanto social como ecológico”, refere.

O projecto começou em Abril de 2010 e termina no final deste mês. A compreensão da floresta envolveu uma rede de investigadores de diversas áreas, da Geografia à Biologia, da Ecologia à Geologia, do Direito à Economia. Os temas surgiram da constante troca de ideias entre cientistas e moradores e foram ganhando vida em actividades que se concentraram em três eixos criteriosamente definidos. Primeiro: conhecer aquele território, a evolução e alterações do uso do solo desde 1965 até hoje, a sua biodiversidade. Segundo: a institucionalidade, com um estudo detalhado do regime jurídico dos baldios, que pode ser útil num momento em que está em discussão uma nova proposta de lei que pode alterar substancialmente a actual forma de organização dos baldios. Terceiro: pedagogias para a formação comunitária.

“Procurámos encontrar, em conjunto, formas de envolvimento da comunidade, apesar de os baldios serem já geridos por ela”, continua Rita Serra. “A vivência modificou-se e, nesse sentido, houve, em parte, um desligar do interesse. Os baldios têm esta capacidade de gerir as florestas, de forma a reconstruí-las, mas também de construírem as comunidades e serem um espaço onde se pode, mais uma vez, fortalecer o envolvimento dos cidadãos e dos habitantes locais no que é a gestão dos seus próprios territórios.”

Na sede do clube recreativo de Vilarinho, há um almoço comunitário que junta cientistas da Universidade de Coimbra à comunidade local, com a qual trabalhou nos últimos três anos para melhor compreenderem a floresta

uís Trota está satisfeito com a partilha trazida pelo projecto. Um relatório florístico irá mostrar todas as espécies de arvoredos que existem nos baldios de Vilarinho, uma preciosa ajuda no programa de vegetação florestal que os compartes já definiram como uma prioridade. A bagagem estará mais cheia, mais sustentada

quando os habitantes de Vilarinho se sentarem à mesma mesa com o Instituto de Conservação da Natureza, por exemplo. “O conhecimento científico é muito importante, dá-nos outros argumentos.”

Joaquim Seco, presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho e tesoureiro da Comunidade de Compartes, é um homem satisfeito. “Sempre acreditámos neste projecto. O seu a seu dono. O Estado, como pessoa de bem, chegou a um ponto, ou por falta de meios ou por desinteresse, que ignorou totalmente a gestão da nossa floresta”, comenta o autarca. As raízes do projecto do CES parecem-lhe sólidas. “Os investigadores conheceram a nossa realidade local e sabemos que este projecto não dá o fruto no momento.”



Desde 2001 que Vilarinho tem uma equipa de sapadores florestais – agora com seis homens e uma engenheira florestal. Filipe Amado é o chefe dessa equipa e segundo comandante dos Bombeiros Voluntários da Lousã. Todo o trabalho que é feito faz a diferença. “Antes dos sapadores, não se subia a encosta porque não havia ruas, estava tudo obstruído, nada era limpo há anos e anos. Se houvesse um incêndio, não havia uma faixa de contenção, não havia um passeio, o que faz toda a diferença no combate aos incêndios”, refere. Orgulha-se das conquistas do dia-a-dia para que a floresta respire saúde.

Filipe Amado não esquece a morte do compartes Franquelim, amigo da primária. Estava perto, muito perto. Também é em nome dele que se cuida daquela floresta. E tenta passar a mensagem: “Nós, que estamos no terreno todo o ano, poderíamos criar faixas de contenção, poderíamos fazer essa gestão das faixas primárias e secundárias nos fogos controlados, mas não fazemos porque não temos técnicos credenciados para acompanhar todas as equipas de sapadores.”

Eugénia Rodrigues, engenheira florestal, coordenadora da equipa de sapadores de Vilarinho, sabe bem a importância dos conhecimentos científicos, mas é sobretudo a gestão comunitária que destaca do projecto SCRAM.

“A grande mais-valia não é apenas a gestão florestal: a mais-valia é em termos de gestão comunitária, com as pessoas, de várias soluções que nos podem trazer e permitindo-lhes pensar que este território também é delas.”

A Escola de Verão dos Minicompartes de Vilarinho foi um passo nesse sentido. Durante duas semanas, 12 crianças, dos seis aos dez anos, tiveram várias actividades para compreenderem que aquela floresta também lhe pertence. Construíram um minidicionário com as palavras “baldios”, “comunidade”, “comum”. Tiveram a oportunidade de vestir a pele de jornalistas para entrevistarem as pessoas mais antigas da freguesia para saberem como a zona tinha sido gerida, mas também como funciona a junta de freguesia e a comunidade de compartes. Visitaram os baldios e, no final, improvisaram uma assembleia. Foi a mais participada de sempre, com mais de 50 pessoas, com os pais compartes na plateia.

Patrícia Ferreira, bióloga, doutoranda de um programa do CES, acompanhou os minicompartes. A dimensão educativa é importante e pode fazer toda a diferença, não apenas na transformação da qualidade de vida das popu-

lações, mas também nos próprios projectos de investigação. A escola dos pequenos compartes deu os seus frutos. O trabalho de campo abriu novas perspectivas de actuação. Há ferramentas pedagógicas que estimulam o envolvimento a nível comunitário, neste caso, um *kit* para ser usado por estudantes e professores em contexto escolar. “Um *kit* pedagógico em articulação com um documentário, que também está a ser feito sobre o projecto, de forma a fomentar a participação dos compartes, contextualizar o território, contextualizar as dimensões do passado dos baldios, e as perspectivas futuras para o contexto da gestão comunitária”, revela a bióloga.

O brasileiro Anailton Salgado, professor da Universidade da Floresta, no estado do Acre, estudante de doutoramento do CES na área de Sociologia e pedagogo de formação, escutou o que os mais velhos tinham a contar sobre a gestão das terras de Vilarinho e esteve com os mais novos na escola de Verão. “Foi uma forma muito dinâmica de trabalhar os conceitos, o que são os baldios, os compartes, o que é comunidade, o que pode ser público, o que pode ser privado, bem como a consciência do espaço em que se está a viver, e falar do futuro”, conta. Vilarinho surpreendeu-o. “É uma comunidade muito bem estruturada”, diz, em contraponto com o que vê ao seu redor. Pro-

mete levar esta experiência para o outro lado do Atlântico. “Tive de conhecer tudo, quais os problemas, de que forma estas pessoas gerem a floresta. E assim se abre essa porta de aprender a aprender, o conhecimento adquirido da própria experiência. Em vez de se falar sobre, está na hora de falar com.”

A ucraniana Iryna Skulska, engenheira florestal, também fez parte do projecto, no âmbito de um programa de doutoramento do CES. O trabalho de campo inspirou-a e promete estudar a fundo o que se passa no seu país. “Este projecto desenvolve muitas problemáticas. Na Ucrânia, há casos destes, mas quase ninguém sabe. Há florestas comunitárias mas que não sabem organizar-se juridicamente.” Mayren Abvez-Vargas, mexicana, bióloga, investigadora do CES, acompanhou o processo desde o início e a experiência não será esquecida quando regressar ao México. “É um projecto que foi construído passo a passo, planeado semana a semana, que foi criando uma rede de relações, contactos muito próximos, relações de trabalho, de partilha.”

Em Fevereiro do ano passado, o Estado deixou de ser co-gestor da encosta de Vilarinho, terminando na justiça uma relação assumida em 1976. Os compartes quiseram pôr um ponto final na gestão partilhada por várias razões. As negociações com os ex-serviços florestais começaram na década de 1990. “Durante esse tempo, fomos verificando que a floresta morria cada vez mais”, lembra Luís Trota. “Alertávamos as pessoas que representavam o Estado nas florestas e ainda por cima recebíamos respostas menos adequadas. Estávamos a ser muito mal conduzidos, a lei dizia que o Estado tinha de nos prestar assistência jurídica, financeira, administrativa e técnica, mas nada fazia.” A herança começava a pesar. A floresta fechava-se sobre si própria, sem acessos que permitissem combater um incêndio, sem talhões descontínuos que poderiam escapar ilesos em caso de fogo. “Quando alertávamos os serviços florestais para retirar as árvores secas e caídas, a resposta que nos davam era que tinham de fazer um auto de marca, colocar à venda, e só depois é que se poderia retirar o arvoredo.” “O Estado deixou-nos uma floresta com mil acácias num metro quadrado onde só deveria estar uma – mas não podemos dizer que fez tudo mal, deixou algumas coisas boas, como a diversificação do arvoredo.”

A paciência esgotou-se com uma queixa-crime contra os compartes por terem mandado cortar árvores afectadas pela doença dos anéis vermelhos, depois de uma análise feita pela Escola Superior Agrária de Coimbra junto ao campo de aviação. Essa queixa foi a gota de água e as relações azedaram. “Na altura, quem estava aqui a gerir a administração florestal fez uma queixa-crime contra os baldios de Vilarinho de que tínhamos mandado cortar sem a sua autorização. Mas acabaria por ser demonstrado, por a+b, que aquela zona não estava em co-administração com o Estado.” Os compartes foram a tribunal e ganharam a causa.

“Os senhores que gerem a actividade da floresta ainda têm o *chip* dos florestais antes do 25 de Abril, ainda pensam como no tempo do Estado Novo, do quero, posso e mando, e não pode ser assim. Se existem leis que regulamentam a actividade dos baldios, o Estado devia cumprir”, refere Luís Trota. O processo para afastar o Estado da gestão da floresta deu entrada no tribunal em 2009, foi julgado em 2011, como um caso comum, com testemunhas arroladas, e a sentença em primeira instância foi favorável à comunidade local. O Estado correu, voltou a perder e saiu de cena.



“A grande mais-valia não é apenas a gestão florestal, é a gestão comunitária, com as várias soluções que [as pessoas] nos podem trazer e permitindo-lhes pensar que este território também é delas”, diz a engenheira florestal Eugénia Rodrigues

José Augusto Ferreira da Silva foi o advogado dos compartes. O caso não é vulgar, mas não é inédito. Há mais baldios em Portugal, sobretudo no Norte do país, que percorreram o mesmo caminho. Em Vilarinho, a justiça deu razão aos habitantes, justificando que “o Estado vinha a ter uma acção completamente parasitária. Não fazia reflorestação, deixava invadir de nemátodo toda a zona do pinhal, apenas ia buscar as receitas da floresta”, diz. O advogado recorda que foram enviadas comunicações a ministros e secretários de Estado sobre a situação da floresta de Vilarinho. Não houve respostas. “O Estado não fazia, não deixava fazer e criava obstáculos quando se queria fazer”, conclui.

Os projectos comunitários mostram que é possível pensar a longo prazo em nome de ambientes saudáveis. No México, 80% das florestas são geridas por comunidades locais que se organizaram para tornar os seus territórios sustentáveis. É um dos exemplos internacionais mais bem sucedidos na área e não é por acaso que Raúl Garcia Barrios, investigador da Universidade Nacional Autónoma do México, biólogo, doutorado em Economia, é o coordenador da equipa internacional do projecto SCRAM em Vilarinho. “A experiência, a nível mundial, diz-nos que quando uma comunidade está bem organizada é mais eficaz do que uma empresa privada na gestão florestal”, refere.

Uma constatação que, em seu entender, não deveria ser ignorada pelo poder político em qualquer parte do mundo, que deveria reconhecer o papel que as comunidades têm na gestão dos seus territórios, isentando-as de impostos, por exemplo. “Tem de haver uma política pública clara em favor do desenvolvimento de empresas comunitárias nos baldios de Portugal. Construir políticas públicas adequadas a este propósito, porque está demonstrado que as comunidades são mais efectivas na gestão das florestas.” A vários níveis, na produtividade directa, na venda da madeira, na redução de custos, passando pela criação

de postos de trabalho e pela concretização de valores sustentáveis relacionados com a gestão das florestas, como o respeito pelo meio ambiente. “A gestão comunitária das florestas é muito poderosa”, comenta.

México e Portugal têm realidades distintas, mas o investigador encontra algumas semelhanças. “No México, haverá quatro mil comunidades parecidas com a de Vilarinho. No caso mexicano, está demonstrado que as empresas florestais indígenas, por exemplo da província de Oaxaca, são mais eficazes na conservação das florestas do que as áreas naturais protegidas. Ou seja, as comunidades indígenas conservam melhor as florestas, ao mesmo tempo que as exploram, do que o Governo.” E porque dependem directamente das florestas, investem mais recursos na protecção dos territórios que gerem.

Organizar uma comunidade é um processo complexo e que integra diversos níveis de conhecimento. “Mas não é necessário que tenha apoio público, basta que não se imponham demasiadas restrições”, sublinha Raúl Barrios. O investigador lembra, por outro lado, que durante muitos anos se questionou a eficácia das comunidades locais na gestão das florestas e, a nível mundial, sobretudo nas décadas de 1970/80, as políticas caminharam no sentido da privatização. “Actualmente, a vivência favorece a gestão comunitária das florestas, que é muito funcional e que pode responder a diversos aspectos de comercialização, de conservação, da qualidade de vida.”

A privatização das florestas, na sua opinião, pode persistir como um produto ideológico, como uma tendência que é importante inverter. “Há movimentos internacionais muito fortes que estão a tentar corrigir essa tendência e a lembrar que é importante ter políticas públicas que fortaleçam a gestão florestal comunitária.” O que pode ser feito, sublinha, através do fortalecimento dos direitos de propriedade e investindo numa política fiscal e educativa que reconheça e valorize a dedicação das comunidades que olham e tratam dos seus territórios florestais.

É este o caminho que os habitantes de Vilarinho estão a percorrer todos os dias.